



Revista de História e Estudos Culturais

Janeiro - Junho de 2022

Vol. 19 Ano 19 nº 1

www.revistafenix.pro.br

ISSN 1807-6971

10.35355/revistafenix.v19i1.927

POPULISMO, UMA DISCUSSÃO SOBRE O TEMA

POPULISM, DISCUSSIONS ON THE TOPIC

Cláudio Alfradique*

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - ECG/TCE-RJ

<https://orcid.org/0000-0002-1065-6885>
claudiolopesalfradique@gmail.com

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de traçar um panorama a respeito do conceito de Populismo, o qual tem grande importância para a historiografia brasileira desde a segunda metade do século XX. Compreende-se que o conceito tem o intento de relacionar sociedade e Estado, podendo ser utilizado em relação ao Brasil para designar o período que vai de 1930, quando se iniciou a primeira fase do governo de Getúlio Vargas, até 1964, com o Golpe empresarial-militar que, para alguns autores, teria posto fim à experiência democrático-populista no país. Inicialmente, tentarei contextualizar o entendimento de diversos autores a respeito do conceito de Populismo desde sua criação, com o grupo de Itatiaia, passando por aqueles que são considerados clássicos no tratamento do assunto, com os exemplos de Otávio Ianni e Francisco Wefort. Depois, abordarei a produção de pesquisadores considerados contemporâneos em seus trabalhos a respeito do tema, com o objetivo de apontar os questionamentos que são feitos à pertinência de utilização do conceito, os quais já têm início na década de setenta do século passado. Finalizando, procurarei apontar as propostas feitas por Ernesto Laclau a respeito do populismo no livro *A razão populista*.

PALAVRAS CHAVE: Populismo; história; historiografia.

ABSTRACT: This work aims to provide an overview of the concept of Populism, which has been of great importance to Brazilian historiography since the second half of the 20th century. It is understood that the concept is intended to relate society and the State, and can be used in relation to Brazil to designate the period from 1930, when the first phase of the Getúlio Vargas government began, to 1964, with the business-military coup that, for some authors, would have put an end to the democratic-populist experience in the country. Initially, I will try to contextualize the understanding of several authors, regarding the concept of Populism since its creation, with the Itatiaia group, going through those that are considered classics in the treatment of the subject, with the examples of Otávio Ianni and Francisco Wefort. Then, will be approached the production of researchers considered contemporary in their work on the subject, with the objective of

* Doutor em Ciência Política e Relações Internacionais pelo IUPERJ, mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas - RJ, graduado em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente é Prof. Convidado da Universidade de Manchester, atuando como professor do Global MBA. Professor do Programa de Pós-Graduação FGV Management. Professor da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (ECG/TCE-RJ), Professor da Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - ESAJ/TJ-RJ, Professor da Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - FEMPERJ, Professor da Escola do Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ELERJ/ALERJ, Professor de Pós-Graduação das Faculdades São Camilo RJ e ES. Prof. Convidado da Universidade da Amazônia - UNAMA, atuando como professor de Pós-Graduação no Curso de Auditoria e Controladoria e Auditor de Controle Externo (TCE-RJ).

pointing out the questions that are made to the pertinence of using the concept, which already began in the seventies of the last century. Finally, it will try to point out the proposals made by Ernesto Laclau regarding populism in the book 'A razão populista'.

KEYWORDS: Populism; history; historiography.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os anos que vão de 1889 a 1930 são conhecidos na historiografia brasileira como sendo o período da Primeira República. Se em seus primeiros anos houve certa instabilidade política, a partir do governo Campos Sales (1898-1902), as oligarquias buscaram implantar um sistema que teve como objetivos administrar os conflitos internos, o qual é comumente designado de Política dos Governadores, garantindo-se o predomínio dos interesses da elite política, principalmente os dos grandes cafeicultores.

Procurava-se reduzir as disputas políticas nos estados prestigiando-se os grupos mais fortes, que, sintonizados com o governo federal, deveriam garantir a harmonia das ações entre os Poderes Executivo e Legislativo. (BORGES & BRITO, 2011, p. 17)

No entanto, apesar de haver um suposto consenso na escolha dos presidentes da República, tal sistema não foi capaz de proporcionar a tranquilidade almejada pelas elites para o país, além de não ter conseguido evitar conflitos em alguns estados preponderantes, como São Paulo e Minas Gerais. (BORGES & BRITO, 2011, p. 20)

Na década de 1920, num cenário de crise econômica e déficit fiscal, o governo brasileiro precisou recorrer a empréstimos no exterior para tentar equilibrar seu orçamento. Tendo em vista que tais medidas não surtiram o efeito esperado, recorreu-se a mais ações com o objetivo de reequilíbrio das contas públicas, como a emissão de moeda ou, ainda, à colocação de títulos da dívida pública no mercado.

Neste mesmo período, os grandes cafeicultores pleiteavam que, para garantir o preço do café diante da ameaça de superprodução (excesso de produção em relação à demanda), era necessário que os estoques excedentes fossem comprados, o que, na prática, significava mais gastos públicos, ocasionando atritos entre os estados que eram grandes produtores de café e os demais entes federativos. (BORGES & BRITO, 2011, p. 27)

Por outro lado, desentendimentos com relação à sucessão presidencial de 1922 resultaram na formação de um movimento denominado Reação Republicana, que buscou construir um eixo alternativo de poder, ao lançar a candidatura do político fluminense Nilo Peçanha à presidência da República.

Esta disputa pela sucessão presidencial que envolvia os grandes estados da federação e os estados intermediários, revelou as tensões regionais entre as forças oligárquicas e desnudou as contradições do federalismo brasileiro. (BORGES & BRITO, 2011, p. 28)

Estas contradições acabaram redundando no movimento de 1930. Washington Luiz (1926-1930) foi o último presidente no período da Primeira República. Os dois últimos anos de sua administração foram marcados por abalos econômicos e mudanças na correlação de forças políticas predominantes no país. Na sua sucessão, apresentaram-se dois candidatos: o paulista Júlio Prestes, como candidato oficial, e Getúlio Vargas, como titular na chapa da Aliança Liberal, que selou o acordo entre gaúchos, mineiros e, posteriormente, paraibanos. A Aliança Liberal recebeu adesões variadas, e seu programa eleitoral demonstrou a necessidade de incorporação de uma diversidade maior de atores políticos em seus múltiplos interesses, o que permitiu uma plataforma mais aberta. O candidato oficial venceu as eleições, mas entre a divulgação dos resultados eleitorais, em março de 1930, e a eclosão do movimento de 1930, em outubro daquele ano, ocorreram fatos que impediram a posse de Júlio Prestes. O motivo imediato para a deflagração da luta foi o assassinato de João Pessoa, vice na chapa de Vargas. (BORGES & BRITO, 2011, p. 36)

Para Mendonça (1990), o golpe de 1930 resultou num deslocamento da oligarquia paulista do centro de poder. No entanto, os demais setores sociais articulados ao golpe vitorioso não foram capazes de legitimar o regime instaurado, nem de solucionar a crise econômica que vinha se abatendo sobre o país.

O presidente Getúlio Vargas, alçado ao poder, recusava a utilização do termo revolução para descrição do que havia ocorrido. Segundo ele, o movimento teria se dado dentro da ordem. Para Getúlio Vargas, era importante que se desse um governo de transição que não fosse, na prática, um reformador radical. Assim, compreende-se que os acontecimentos de 1930 não constituem uma revolução burguesa, fazendo parte de um processo histórico de transformação no Brasil. Pode-se considerar o movimento de 1930 como ponto culminante de um desfecho iniciado na década de 1920, que marcaria o fim da hegemonia da burguesia agroexportadora. A convergência do movimento político das forças internas contrárias à situação política vigente associada à crise econômica internacional levou o Brasil a ingressar em novo tipo de desenvolvimento capitalista. (BORGES & BRITO, 2011, p. 39)

Assim, para Mendonça (1990), não haveria dúvidas de que a industrialização brasileira teria tido um ponto desencadeador mais intenso a partir das transformações econômicas que se deram ao longo da década de 1930, com o estabelecimento de um núcleo de indústrias de base, bem como a definição de um novo papel do Estado em matéria econômica, resultando na afirmação do polo urbano-industrial como eixo dinâmico da economia.

O governo de Getúlio Vargas, que se iniciou em 1930 com o movimento que pôs fim à hegemonia agroexportadora ligada ao café, perdurou até 1945. Durante estes quinze anos, Vargas encabeçou o governo provisório de 1930 a 1934, quando foi eleito indiretamente para chefiar a nação. Neste período, conhecido como o do Governo Constitucional, foram implementadas diversas medidas que modificaram as relações dentro do sistema político nacional. Assim, ocorreu a implementação do Código Eleitoral, foi criada a representação Classista no Congresso, além de ter sido instituído o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). A representação classista adquiria grande importância, tendo em vista que ela consistia na indicação por Vargas de sindicalistas para negociar com as demais forças os direitos das categorias das quais eram integrantes. Já o DPDC foi responsável pela promoção e censura da produção cultural no país.

A instabilidade política ocorrida no Governo Constitucional foi utilizada como pretexto para a instauração da ditadura do Estado Novo, a partir de 1937. A partir daí, ocorreu uma concentração ainda mais intensa nas mãos de Vargas. Os partidos políticos foram fechados e o parlamento abolido, permanecendo o Judiciário, mesmo que de forma atrelada ao Executivo. No Estado Novo teve início a construção da imagem popular de Vargas como o “pai dos pobres” com a utilização maciça da propaganda, patrocinada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Apesar de perseguição aos opositores e da limitação da participação política da população de maneira geral, no Estado Novo foram criados a Justiça do Trabalho em 1939 e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943. A liberdade de organização sindical foi limitada, ocasionando o atrelamento dos sindicatos ao regime varguista.

De acordo com Mendonça (1990), a marca mais específica do Estado Novo teria sido sua política sindical e trabalhista. Tendo em vista que a preocupação em institucionalizar as relações entre Estado, empresariado e operários ter assumido o caráter de produção de uma verdadeira visão de mundo baseada no corporativismo e sua concepção orgânica do todo social. Assim, implantou-se uma estrutura sindical que se pautava pela ideia de colaboração entre as classes sociais, na busca de neutralizar-se os

conflitos existentes na relação capital-trabalho. Tal estrutura sindical, que se manifestava pela verticalização e hierarquização, baseada na representação única por categoria profissional, tinha como objetivo a construção da nação através do controle da classe operária. Paralelo a isto, se dava a organização e fortalecimento do empresariado a partir da proliferação dos sindicatos patronais.

É no governo de Vargas que se inicia o que muitos estudiosos chamam de Populismo, objeto de estudo deste trabalho. Minha intenção é tratar as principais formulações teóricas a respeito do conceito de Populismo ao longo da historiografia que estuda o período em questão, que vai de 1930 até o golpe empresarial militar de 1964.

A importância de se estudar tal tema se deve ao fato de que, por um longo período, este foi um dos mais importantes esforços de entendimento das relações entre Estado e classes trabalhadoras no Brasil.

O POPULISMO SEGUNDO OS AUTORES CLÁSSICOS

Neste momento, pretendo tratar da contribuição dos autores considerados clássicos que já discutiram o assunto. No entanto, antes de iniciar propriamente este estudo, gostaria de compreender o que seria um conceito. Para tal, seguindo o que foi proposto por Koselleck (1992):

De forma evidentemente simplificada, podemos admitir que cada palavra remete-nos a um sentido, que por sua vez indica um conteúdo. No entanto, nem todos os sentidos atribuídos às palavras eu consideraria relevantes do ponto de vista da escrita de uma história dos conceitos. Quando do planejamento para a realização da pesquisa empírica visando à produção do *Dicionário de Conceitos*, foram criteriosamente selecionadas as palavras cujos sentidos interessavam: a saber, conceitos para cuja formulação seria necessário um certo nível de teorização e cujo entendimento é também reflexivo. (KOSELLECK, 1992, p.135)

Segundo Koselleck, para que uma palavra seja transformada num conceito seria necessário que passe a existir um referencial histórico comum. Isto indica que a palavra/conceito não é efetiva apenas como fenômeno linguístico, mas que ela também é indicativa de que algo se situa para além da língua.

Como exemplo da constituição de um conceito, o autor trata do termo *Bund*, que significa liga política, federação em alemão:

O caso trabalhado anteriormente - como chegou a se constituir historicamente a formulação do conceito de Bund - é um exemplo clássico. No momento em que o conceito de Liga foi formulado em

termos linguísticos, posso pensar a partir dele a realidade histórica, conceber a constituição de uma Liga política, enfim, a partir de um fato linguístico, posso atuar sobre a realidade de forma concreta. A formulação, em termos de possibilidade, do conceito de Liga instaura, por sua vez formas de comportamento e atuação, regras jurídicas e mesmo condições econômicas só possíveis de serem pensadas e efetivadas a partir da existência de um conceito como Liga. Um conceito relaciona-se sempre àquilo que se quer compreender, sendo, portanto, a relação entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido, ou tornado inteligível, uma relação necessariamente tensa. (KOSELLECK, 1992, p. 136)

Trazendo esta informação para o que nos interessa, que é o estudo do populismo, devemos tentar compreender como uma palavra, que segundo Jorge Ferreira (2017) não era utilizada no vocabulário político e na linguagem cotidiana do país na época do primeiro governo Vargas se transformou num conceito amplamente utilizado posteriormente. (FERREIRA, 2017, p. 111)

Para tentarmos compreender este processo, iniciaremos com o que Angela de Castro Gomes (2017) nos ensina:



De início, convém observar que se trata de um conceito com um dos mais altos graus de compartilhamento, plasticidade e solidificação, não apenas no espaço acadêmico da história e das ciências sociais, como transcendendo este espaço e marcando o que poderia ser chamado uma cultura política nacional. Ou seja, o exame da categoria exige o reconhecimento da ocorrência de seu deslizamento de uma retórica sociológica erudita para uma retórica política popular, presente nos meios de comunicação de massa e no senso comum da população.” (GOMES, 2017, p. 20)

Assim, parece que o uso do termo se deu inicialmente na academia, passando, depois, a ser utilizado de forma mais popular. De qualquer maneira, o que se percebe é que a palavra populismo traz em si algo que é superior a seu significado na língua, na medida em que nos remete a uma forma específica de se fazer política, ou seja, a uma relação sócio-histórica.

Se o termo, principalmente na sua acepção mais popular, hoje apresenta uma gama de características negativas, no período de 1945 a 1964, quando utilizados em relação a Getúlio Vargas e João Goulart, não eram ofensivos, surgindo inclusive como elogiosas. Apesar de pouco utilizada neste período, seu significado estava mais ligado a um político que representavam autenticamente os anseios do povo.

Ferreira (2017) aponta que o primeiro historiador a defender que a propaganda política estatal foi responsável pelo êxito da manipulação dos trabalhadores, redundando

em seu apoio a Vargas foi Karl Loewenstein, em livro publicado ainda em 1942. A interpretação liberal do fenômeno populismo é percebida ao longo do texto.

No entanto, ainda segundo Ferreira (2017), teria sido o ano de 1945 o momento crucial para o estabelecimento da crença de que o prestígio do Líder entre os assalariados urbanos seria obra da máquina propagandística do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). O “Queremismo”, movimento que consistia na tentativa de se manter Vargas no poder em pleno processo de democratização do país, transformou-se numa mobilização de proporções grandiosas.

As forças liberais apresentavam grande dificuldade de compreender tais manifestações. Segundo ele:

Em 1945, as correntes liberais e antigetulistas demonstraram incapacidade para assimilar manifestações populares a favor de Vargas. Assim, entre a influência do nazismo e a atuação de ideias perniciosas, entre a mentalidade obscurantista e o comportamento próprio de arruaceiros, a oposição liberal esforçava-se para dar conta dos conflitos que surgiam. Portanto, a explicação liberal, em seu limite, denunciava a aplicação, nos anos do Estado Novo, das técnicas de propaganda política de massa pelo DIP, importadas da Alemanha nazista, sobre uma população pobre, analfabeta e ignorante, ensejando que, no ocaso da ditadura, surgissem tais constrangimentos. Reprimir as manifestações a favor de Getúlio, desse modo, era a saída legítima para o problema. (FERREIRA, 2017, pp. 112-113)

Segundo Gomes (2017), as primeiras formulações do conceito ocorreram durante a década de 1950 como fruto das reuniões periódicas realizadas por um grupo de intelectuais, cujo objetivo era discutir os problemas políticos, econômicos e sociais relacionados ao desenvolvimento do país. O grupo de Itatiaia, como ficou conhecido, realizava reuniões patrocinadas pelo Ministério da Agricultura.

Em 1953, o grupo cria o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e, ainda este ano, passa a publicar os *Cadernos de nosso Tempo*, o que pode ser considerado a base do nacional desenvolvimentismo.


Os intelectuais reunidos em torno do IBESP tinham como objetivo produzir uma interpretação para a crise que se desenrolava no país, no intuito de mobilizar as forças progressistas, apostando na possibilidade de criação de uma vanguarda que pudesse solucionar os problemas brasileiros, identificados e equacionados pelo grupo de Itatiaia.

Um dos problemas analisados pelo grupo é o surgimento do populismo na política brasileira. Isto se dá com a publicação de um ensaio anônimo de 1954 intitulado:

Que é Ademarismo? O texto estuda a trajetória política de Adhemar de Barros, político paulista candidato à Presidência da República nas eleições de 1955.

De acordo com Gomes (2017), o texto descarta a identificação do Ademarismo a uma política clientelística, apesar de o mesmo se beneficiar desta prática. Sua influência em relação ao seu eleitorado, especialmente de base rural, apesar do seu pertencimento a partido político, o Partido Social Progressista (PSP), seria de ordem pessoal. Neste caso, seria o líder que daria apoio ao partido.

Ainda segundo tal autora, o ensaio apontaria duas condições para o surgimento e descrição do populismo:



Em primeiro lugar, o populismo é uma política de massas, vale dizer, ele é um fenômeno vinculado à proletarianização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna, sendo indicativo de que tais trabalhadores não adquiriram consciência e sentimento de classe: não estão organizados e participando da política como classe. As massas, interpeladas pelo populismo, são originárias do proletariado, mas dele se distinguem por sua inconsciência das relações de espoliação sob as quais vivem. Só a superação desta condição de massificação permitiria a libertação do populismo ou, o que seria quase o mesmo, a aquisição da verdadeira consciência de classe. A influência marxista é apontada então como perniciosa por associar, de forma rápida e descuidada, fenômenos populares a fenômenos progressistas/de esquerda, sem atentar para o caráter reacionário de manifestações políticas como o populismo. Em segundo lugar, o populismo está igualmente associado a uma certa conformação da classe dirigente, que perdeu sua representatividade e poder de exemplaridade, deixando de criar os valores e os estilos de vida orientadores de toda a sociedade. Em crise e sem condições de dirigir com segurança o Estado, a classe dominante precisa conquistar o apoio político das massas emergentes. Finalmente, satisfeitas estas duas condições mais amplas, é preciso um terceiro elemento para completar o ciclo: o surgimento do líder populista, do homem carregado de carisma, capaz de mobilizar as massas e empolgar o poder. (GOMES, 2017, pp. 24-25)

Portanto, no ensaio são apontadas duas condições essenciais para o surgimento do populismo. Um primeiro ponto seria o surgimento de uma massa de trabalhadores que não atingiram a consciência de pertencimento a uma classe. Por conta disto, incapazes de se organizar e participar de forma ativa na vida política do país. Apesar de serem originários do proletariado, sua inconsciência em relação a sua relação de subordinação e exploração os distingue dele. Além disto, ocorreria uma crise dos grupos dominantes, não mais capazes de imprimir uma direção ao todo social. Esta condição de fragilidade os obrigaria a buscar apoio nas massas que emergem neste contexto. Finalmente, surge a figura de um líder, que com seu carisma, acaba cooptando as massas para um projeto que prima pela alteração não radical do tecido social.

Percebe-se que são utilizadas variáveis histórico-sociológicas para a construção de um modelo que busca explicar o fenômeno em questão.

A figura de Adhemar de Barros teve grande importância no cenário político paulista, podendo-se entender por que o estudo do populismo esteve presente nas análises dos cientistas políticos deste estado.

Ferreira (2017), citando trabalho de um dos integrantes do grupo de Itatiaia, Alberto Guerreiro Ramos, aponta que para este autor o populismo no Brasil teria ocorrido sobretudo a partir de 1945. Neste momento, com o fim do Estado Novo, o país teria vivido um clima de maior probidade no tocante às eleições, bem como, uma industrialização mais consistente num quadro de crescimento econômico. Esta conjuntura teria propiciado as manifestações das primeiras gerações de assalariados da cidade.

No entanto, apontava a ausência de uma mentalidade classista por parte das massas como um obstáculo a sua real participação política. Afirmava ele que esses seres, recém egressos do ambiente rural, não dominavam o idioma ideológico, necessário para exercer influência sobre os partidos populistas.

Ainda segundo Ferreira (2017), citando Juarez Brandão Lopes, outro intelectual que integraria os quadros da academia e que procurava desenvolver reflexões sobre o papel dos camponeses no processo de formação da classe operária e do movimento sindical, os trabalhadores urbanos com origem rural não se identificariam completamente como operários industriais, comportando-se de acordo com seus interesses particulares. Assim, eles não conseguiriam explicitar a consciência de sua identidade coletiva, por lhes faltar a experiências cooperativas concernentes ao mundo urbano e industrial.

Já os operários mais antigos e qualificados do mundo urbano, não se mostraram muito sensíveis para a tomada de ações coletivas através do sindicato, tendo em vista estarem numa situação mais vantajosa no mercado de trabalho, além de uma compreensível falta de tradição industrial.

Conforme Gomes (2017), os estudos sobre o populismo que diziam respeito ao período que vai da década de 40 à década de 60 apresentavam duas faces que se mostravam indissociáveis. Uma delas seria a face econômica, que repercutia o processo de industrialização que se dava no país. Já a outra face, a política, se caracterizava por ser:

[...] mais complexa e ambígua em termos de diagnósticos, materializada pela experiência de democracia (relativa, porém ímpar), exemplificada pelos anos JK. Os inícios da década de 60, com a emergência da figura do presidente João Goulart, o herdeiro de Vargas, e de seus competidores, Leonel Brizola e Miguel Arraes em particular, elevam o

tom do debate que, como todos os demais, sofrerá o impacto do movimento militar de 1964. (GOMES, 2017, p. 27)

Como resultado do cenário político que pôs fim à experiência democrática com o golpe de 1964, o fenômeno do populismo adquire novo e instigante destaque na agenda de investigações. Buscava-se responder à seguinte pergunta com os novos estudos: quais foram os motivos do golpe?

Assim, segundo a autora,

É neste contexto intelectual e político que uma associação fundamental é traçada: as causas do golpe deitavam raízes no esgotamento da experiência populista, que passa a possuir uma clara periodização. Ela tem inícios em 1930, quando eclode o movimento militar liderado por Vargas, e se conclui em 1964, quando do movimento militar que depõe João Goulart. Desta forma, tanto o tema quanto o período se transformam num imperativo de pesquisa na área das ciências sociais. De 30 a 64 vive-se o “ciclo populista” e este adjetivo passa a se estender a diferentes substantivos. (GOMES, 2017, pp. 27-28)

Em São Paulo, ao longo da década de 60, Francisco Weffort, professor de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), produz trabalhos que são extremamente importantes para o estudo do populismo. Sendo sua contribuição muito vasta, buscaremos uma aproximação de sua obra a partir do livro *O populismo na política brasileira*. (WEFFORT, 1980)

É importante que se destaque que esta produção foi realizada num contexto em que se dava uma crise no pensamento das ciências sociais brasileiras, momento em que surgia a necessidade de se buscar uma explicação para o contexto político do golpe, sendo, para tanto, necessário fazer uma crítica das abordagens que recorriam a causas de teor estrutural, destacadamente as causas sócio-econômicas. A opção que surge terá como foco a atuação dos atores políticos, o que, tendo em vista o momento de tensão que se vivia, apontará os seus supostos erros estratégicos.

Weffort argumenta que o populismo como estilo de governo deve ser compreendido no contexto da crise política e de desenvolvimento econômico iniciado com a revolução de 1930. O autor relaciona o período que vai de 1930 a 1964 com o de um Estado relativamente independente da sociedade, que teria passado a se impor como instituição, inclusive aos grupos economicamente dominantes.

De acordo com ele:

O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das massas populares, mas foi também um modo de expressão de suas

insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. (WEFFORT, 1980, p. 62)

Assim, o populismo teria sido uma forma de dominação das massas, mas também, um mecanismo que permitia que esse domínio fosse potencialmente ameaçado. Teria sido o resultado de uma política de massas, a qual se dava com a manipulação das aspirações populares, ocorrido num momento de crise da oligarquia e do liberalismo, bem como de um processo de democratização do Estado, que se caracterizava por algum grau de autoritarismo. O populismo teria sido um fenômeno resultante da debilidade das classes dominantes urbanas em alcançar a direção do Estado em disputa com as classes proprietárias rurais. O autoritarismo aqui apontado pode ser compreendido como de cunho institucional, especialmente no período da ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945), ou manifestando-se sob a forma de um paternalismo carismático dos líderes do período pós-guerra (1945-1964). (WEFFORT, 1980)

Apesar de apontar a pressão que as massas acabam promovendo no jogo político, a sua participação sempre se dá de forma subordinada, sendo o parceiro fantasma das elites. Desta forma, esta participação sempre se deu, durante o período populista, sob a tutela de representante de algum dentre os grupos dominantes, com a exceção dos últimos anos do governo Goulart. (WEFFORT, 1980, p. 68).

A interferência das massas no processo político ocorria por intermédio das eleições, momento em que podia, também, expressar suas insatisfações. Essa participação popular indireta seria, segundo o autor, decorrente de uma outra característica do período: uma manifesta incapacidade de penetração popular dos partidos políticos. Assim, a participação eleitoral apesar de decisiva, ocorria na forma de uma relação entre indivíduos, (WEFFORT, 1980, p. 20)

Concomitante a isto, nota-se um reduzido nível de organização das classes operárias, atreladas ao Estado de forma semi-corporativista. Percebe-se na importância dada por Weffort a esta subordinação das massas no fenômeno populista o motivo para as críticas que são dirigidas a sua argumentação, apesar de o mesmo tentar, de certa forma, suavizar este caráter subordinado:

O populismo foi, sem dúvida, manipulação de massas, mas a manipulação nunca foi absoluta. Se o fosse, estaríamos obrigados a aceitar a visão liberal elitista que, em última instância, vê no populismo uma espécie de aberração da história, alimentada pela emocionalidade

das massas e pela falta de princípio dos líderes. (WEFFORT, 1980, p. 62).

Esta ambiguidade não se limitava ao binômio manipulação das massas versus a tentativa de satisfação das necessidades populares. Tendo em vista que o populismo seria também uma forma de estruturação do poder por parte dos setores dominantes, ao mesmo tempo em que se constituía na principal forma da expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento social e urbano” (WEFFORT, 1980, pp. 62-63)

A questão colocada é se realmente houve o atendimento das demandas populares, ou se elas somente entraram neste jogo político como massa de manobra. Para exemplificar a questão, o autor procura analisar a legislação trabalhista implantada no período Vargas. Assim, apesar de o mesmo entender tal legislação como sendo outorgada por Vargas, com o objetivo de cooptar o operariado urbano, ou seja, o setor popular mais combativo e com experiência de organização, ele também percebe que e “a legislação significará a primeira forma pela qual tais setores verão definida sua cidadania, seus direitos de participação nos assuntos do Estado, e também será um dos elementos centrais para entendermos o tipo de aliança que estabelecerão com os grupos dominantes através dos líderes populistas” (WEFFORT, 1980, p. 66).

O livro *O colapso do populismo no Brasil*, de Octávio Ianni (1987), foi a base para o estudo da contribuição deste autor ao conceito de populismo. Sendo assim, percebemos que Ianni considera a influência da vinda dos migrantes do campo para o meio urbano como um fator explicativo para a inexperiência desta parte do povo brasileiro. O populismo, assim, estaria vinculado ao fato de o horizonte cultural das classes trabalhadoras estar marcado pelos valores e padrões do mundo rural, sendo um dos elementos constitutivos da política de massas.

Além disso, ocorria também a não efetividade da democracia representativa, dentro dos moldes europeus ocidentais. Isto possibilitaria o sucesso da arregimentação das classes populares pelo populismo.

De acordo com Ianni (1987), o populismo brasileiro teria surgido sob o comando de Getúlio Vargas e os políticos a ele associados, tendo sido a democracia populista que teria propiciado a conciliação de interesses em benefício da industrialização e em nome do desenvolvimento nacionalista. (IANNI, 1987, p. 59)

Dessa forma:


a política de massas funcionou como uma técnica de organização, controle e utilização da força política das classes assalariadas,

particularmente o proletariado. De um lado, situavam-se as exigências de poupanças para investimentos destinados a desenvolver o setor secundário. No outro, coloca-se a “revolução nas expectativas” dos trabalhadores. Essas duas tendências conjugam-se no sentido de provocar e efetivar redefinições sucessivas das relações dos segmentos urbano-industriais com os segmentos tradicionais e com os setores externos. (IANNI, 1987, pp. 59-60).

Segundo ele, os sindicatos e seus dirigentes, cuja atuação se dava em consonância com os ditames do Ministério do Trabalho, sendo atraídos pelos benefícios do imposto sindical, acabam por reduzir-se a instrumentos de manobras políticas, muitas vezes alheios aos interesses dos assalariados. (IANNI, 1987)

Paralelamente ao atendimento de uma parte das reivindicações do proletariado urbano, os símbolos e as instituições populistas vão sendo elaborados sendo que o populismo teria legitimado a entrada das massas no quadro das estruturas de poder.

No entanto,



[...] o populismo entrou em colapso após o governo Kubitschek. A verdade é que foi um movimento político em permanente crise. Numa sociedade burguesa, é sempre muito difícil legitimar a participação política das massas trabalhadoras. Os donos do poder político e os grupos econômicos dominantes sempre foram obrigados a enfrentar duas ordens de pressões quanto aos seus vínculos com as massas. De um lado, os setores mais conservadores e reacionários da sociedade brasileira sempre protestaram com violência contra o jogo político com as massas. Eles viam nesse jogo o prenúncio da destruição do poder burguês e das suas ligações externas. (...) Por outro lado, a própria burguesia comprometida com o populismo sempre foi ambígua e dividida, com relação aos limites do seu jogo com as massas. (IANNI, 1987, p. 177)

Essas resistências por parte das elites, ainda segundo o autor, se justificavam tendo em vista que o populismo, apesar de suas distorções político-ideológicas, sempre foi um mecanismo de politização das massas.

Porém, se a democracia populista se apresentava como a possibilidade de organização das massas, a esquerda brasileira não foi capaz de transformar esta possibilidade numa realidade, encontrando-se “aprisionada” de acordo com o autor.

Assim, a esquerda:

[...] viveu oscilando entre as recordações do marxismo e as exigências da democracia populista. O fato é que ela não foi capaz de transformar a política de massas numa política de classes. Não formulou nem implantou uma interpretação alternativa que correspondesse às possibilidades histórico-estruturais e não sucumbisse ao fascínio da ideologia getuliana. (IANNI, 1987, p. 87, 88)

O que se percebe a partir do estudo dos textos acima é uma percepção das massas populares como incapazes de uma atuação autônoma em relação aos líderes populistas. Por não serem capazes de se organizar e se representar politicamente, acabavam sendo presas fáceis num sistema que tinha como objetivo sua domesticação, evitando-se possíveis alterações mais drásticas do sistema político-econômico vigente.

Mesmo quando a explicação para esta participação, de certa forma, subordinada ao movimento desencadeador e norteador por parte do Estado, se dá de forma mais sofisticada, não há um espaço para uma atuação minimamente autônoma por parte das massas.

Apesar de Weffort, apoiando-se em Gramsci, apontar a ambiguidade desta relação, sugerindo inclusive a possibilidade de uma aliança entre as massas urbanas e alguns grupos representados pelo Estado, não haveria uma simetria entre essas forças. O Estado surge como forte e ativo, as massas surgem como fracas e passivas, por não se organizarem como classe. (GOMES, 2017, p. 34, 35)

O POPULISMO SEGUNDO OS AUTORES CONTEMPORÂNEOS

Com o intuito de tratar as contribuições ao conceito de populismo produzidas pelos autores mais recentes, passo ao estudo das obras escolhidas para tal. Iniciarei com a abordagem produzida por Angela de Castro Gomes (2019). No livro *O Populismo e sua história: debate e crítica*, organizado por Ferreira (2019), a autora contribui com o primeiro capítulo: *O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito*, no qual faz um apanhado dos diversos entendimentos do tema. A autora faz referência ao texto *A invenção do trabalhismo* e nos indica que tal texto teve como objetivo:

[...] investigar a história da constituição da classe trabalhadora no Brasil, atribuindo a ela, durante todos os “tempos”, um papel de sujeito que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades. A abordagem se recusava a atribuir aos trabalhadores uma posição política passiva, não importando se mais ou menos completa. Aqui residia a grande dificuldade, teórica e histórica, de utilização do conceito de populismo que, como foi visto, remetia à ideia de manipulação política, ainda que se reconhecessem todas as suas ambiguidades. Por razões que se prendiam a seu próprio uso compartilhado, tudo o que estivesse qualificado como populista enfatizava a dimensão de controle/ação do Estado sobre as massas, pois inclusive uma das questões mais complexas desta formulação era a própria negação do estatuto de classe (por falta de organização e consciência) aos trabalhadores inclusos nestas massas que, sem dúvida, os extrapolavam. (GOMES, 2017, p. 46)

Portanto, a não utilização do termo populismo em seu livro, é esclarecida, tendo em vista sua percepção de que nele existia uma carga negativa relacionada à manipulação e subordinação daqueles que seriam incapazes de negociação. Sua opção foi a utilização da expressão pacto trabalhista para pensar as relações construídas entre Estado e classe trabalhadora, escolhendo como momento estratégico de sua montagem os anos do Estado Novo.

Para ela:

A ideia de pacto procurava enfatizar a relação entre atores desiguais, mas onde não há um todo-poderoso Estado, nem uma classe passiva porque fraca numérica e politicamente. A lógica deste pacto, cuja efetivação estava sendo datada, precisava ser entendida numa perspectiva temporal muito mais ampla, que conectava o período do pré e do pós-30 e as experiências aí vivenciadas pela classe trabalhadora e pelo Estado. Neste aspecto particular, o trabalho (*A invenção do trabalhismo*) procurava se contrapor a uma forte interpretação que explicava o sucesso populista como o resultado de um cálculo utilitário em que ganhos materiais eram trocados por obediência política, claramente referida à dimensão da manipulação. (GOMES, 2017, p. 47-48)

Assim, constrói-se uma crítica aos autores clássicos que enfatizavam a característica de subordinação e manipulação das massas. A atribuição de um papel ativo na atuação dos trabalhadores em relação ao Estado não poderia ocorrer, no entanto, sem o reconhecimento de um diálogo que ocorria entre estes e o Estado. Porém, não se pode esquecer que este diálogo se dava numa relação em que os recursos de poder eram diferenciados.

De acordo com a autora:

Tal postura afastava a dicotomia, muito vigente, entre autonomia e heteronomia da classe, como forma de designar e explicar a ausência de lideranças “verdadeiras” e a “falta de consciência” ou a “consciência possível”. Este aspecto era importante porque vinculava-se à explicação do sucesso das lideranças populistas, nunca oriundas da classe, e por isso mesmo tendo o poder de colocar sob suspeição aqueles que com elas se relacionavam, no caso, as lideranças sindicais pelegas do regime populista, entre ingênuos e traidores. (GOMES, 2017, pp. 46-47)

Os benefícios materiais implementados durante o período populista são recebidos e interpretados pela classe trabalhadora, que os manejará de acordo com suas possibilidades e vivências. Esta relação ocorreria num permanente processo de reconstrução, no qual tanto Estado quanto classe trabalhadora entrariam de forma ativa.

Para ela:

O pacto trabalhista, pensado ao longo do tempo, tem nele (o discurso trabalhista), de modo integrado mas não redutível, tanto a palavra e a ação do Estado (que sem dúvida teve o privilégio de desencadeá-lo), quanto a palavra e a ação da classe trabalhadora, ressaltando-se que nenhum dos dois atores é uma totalidade harmônica, mantendo-se num processo de permanente re-construção. (GOMES, 2017, p. 48)

No texto *O Populismo e as ciências sociais no Brasil*, Gomes (2019) esclarece que procura estabelecer um debate teórico com os outros autores que compartilham preocupações, objeções e propostas alternativas em relação ao conceito de populismo.

Por conta disto, cita um texto de Décio de Azevedo M. Saes, no qual argumenta que:

O autor parte exatamente da interrogação sobre uma possível reemergência do fenômeno populista, respondendo afirmativamente e procurando caracterizar as novas formas que ele estaria assumindo nos anos 90. Por esta via, traça-se uma espécie de tipologia onde se procura distinguir entre um “populismo clássico”, vigente entre as décadas de 1930-1960 e interrompido pelo regime militar, e um “populismo neoliberal”, que estaria atualizando aquela matriz política após a reativação do processo eleitoral e do pluripartidarismo, instalados nos anos 80. Haveria assim um “neopopulismo” não só brasileiro, mas latino-americano, interferindo nas expectativas de consolidação da democracia no continente. (GOMES, 2017, p. 50)

Segundo ela, o autor trabalha com a ideia de um processo crescente de personalização da política, que seria própria das sociedades capitalistas atuais, procurando explicar a reemergência do fenômeno de lideranças carismáticas, inclusive dentro das organizações de esquerda. Este fenômeno poderia conviver com um contexto de reativação partidária e com a realização de eleições, além da difusão da mídia eletrônica, mas também estaria associado aos vínculos que as lideranças conseguem manter com os setores populares, os quais seriam o alvo da incorporação social. (GOMES, 2017)

Continuando, Gomes aponta que o modelo proposto por SAES manteria o princípio de atuação ativa na política do líder/governo, atuando como sujeitos da relação política. Paralelamente a isto, surgiriam os setores populares como objeto das políticas públicas, advindo daí seu caráter autoritário e seu apelo direto ao povo de maneira geral e imprecisa. No entanto, este modelo apresentaria distinções muito profundas em relação ao populismo dito “clássico”:

[...] ao construir um discurso político antiestatizante, rompendo com uma tradição sólida e lentamente construída no Brasil, que vincula estatismo ou estatização a signos de nacionalismo e desenvolvimento. Ou seja, seria pelo desmonte do Estado, identificado inclusive com a

experiência populista, que o governo asseguraria, através do mercado, uma nova mecânica redistributiva. (GOMES, 2017, p. 51)

Surgiria, então, um populismo neoliberal, produzido por uma nova fase do desenvolvimento capitalista e uma nova experiência liberal-democrática.

Finalizando, por compreender no conceito uma característica de subordinação das massas e autoritarismo político, a autora aponta:

Hoje, às vésperas de um novo milênio, talvez se possa pensar a reemergência do populismo como uma atualização de nossa tragédia. Confesso, para concluir, que me preocupo menos com o sucesso ou insucesso da categoria - pela qual, como ficou claro, não tenho apego -, do que com o que ela guarda de dramático e emblemático da política brasileira, condenada ao autoritarismo. Quem sabe, como uma criança, entre a razão e a esperança eu me negue a fazer escolhas e, com ambas, procure conviver. (GOMES, 2017, p. 52-53)

A seguir, passo ao estudo da contribuição de Jorge Ferreira. Neste caso, usarei como base o capítulo intitulado *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira* publicado no livro do qual é o organizador (FERREIRA, 2019). Nele, o autor procura reconstruir a história do populismo no Brasil, informando-nos que:



[...] é importante frisar, não compreendo a expressão como um fenômeno que tenha regido as relações entre Estado e sociedade durante o período de 1930 a 1964 ou como uma característica peculiar da política brasileira naquela temporalidade, pois sequer creio que o período tenha sido "populista", mas, sim, como uma categoria que, ao longo do tempo, foi imaginada, e, portanto, construída, para essa mesma política. (FERREIRA, 2017, pp. 63-64)

No texto, o autor divide a história do populismo em gerações. Sendo assim, fala-se do populismo da primeira geração e do populismo da segunda geração. Ferreira nos informa que na primeira, que se dá entre os anos 50/60, a teoria da modernização, a qual concebe a existência de apenas dois tipos fundamentais de sociedade humana: a sociedade tradicional e a sociedade moderna, teria repercutido nos meios acadêmicos de forma muito intensa, inclusive na noção de populismo. O autor cita Gino Germani, para o qual,

[...] a inserção da América Latina no mundo moderno não seguiu os padrões clássicos da democracia liberal europeia. A passagem de uma sociedade tradicional para uma moderna ocorreu em um rápido processo de urbanização e industrialização, mobilizando, desta maneira, as "massas populares". Impacientes elas exigiram participação política e social, atropelando, com suas pressões, os canais institucionais clássicos. A resolução dos problemas ocorreu com golpes militares ou com

“revoluções nacionais-populares”, sendo que as últimas, sobretudo seus resultados, foram nomeadas de populismo. (FERREIRA, 2017, p. 64)

Nesta primeira geração, os debates teriam se dado, em grande medida, em torno de algumas questões que surgem em diversos autores. As migrações para as cidades de grandes contingentes de indivíduos não afeitos ao trato mais sofisticado e mais democrático que o ambiente encontrado no campo, seria apontado, por muitos autores, como um fator muito relevante para o surgimento do populismo. Assim essas massas, sem consciência de classe, teriam sido manipuladas pelos políticos populistas.

Num momento em que ocorria a transição de uma "economia tradicional", de "participação política restrita", para uma "economia de mercado", de "participação ampliada", a teoria da modernização apontava os camponeses como o ator coletivo central para o surgimento do populismo na América Latina. O eixo fundamental de tais argumentos gira em torno da questão do mundo rural, definido como tradicional. O populismo surgiu em um momento de transição dessa sociedade para a moderna, implicando o deslocamento de populações do campo para a cidade — o mundo agrário invadindo o urbano-industrial. Com a mescla de valores tradicionais e modernos, os líderes populistas se projetaram em sociedades que não consolidaram instituições e ideologias autônomas, mas necessariamente seriam substituídos, futuramente, por outras lideranças portadoras de ideias classistas quando o capitalismo alcançasse maturidade na região. (FERREIRA, 2013)

As críticas a este entendimento, ainda nesta fase, apontariam já, para o desconforto que esta docilidade das massas causava, além de se compreender as dificuldades de se projetar um desenvolvimento único para todas as sociedades: a organização política e econômica da Europa ocidental.

Assim, segundo o autor:

Os resultados desta primeira versão do populismo são conhecidos e aceitos até hoje, tanto nas apostilas de nível médio quanto na bibliografia especializada. No primeiro governo de Vargas, os trabalhadores tiveram acesso aos direitos sociais, mas não aos políticos, e, a partir de cálculos sobre suas perdas e ganhos, trocaram os benefícios da legislação por submissão política. Assim, incapazes de pensar por si mesmos, fracos diante das investidas ideológicas das classes dominantes, recebendo passivamente e sem críticas a doutrinação política, os trabalhadores brasileiros oriundos do mundo rural, destituídos de tradições de luta, organização e consciência, passaram a idolatrar Vargas e, desde 1945, a eleger outros líderes populistas e a votar no PTB. (FERREIRA, 2017, p. 81-82)

Na virada da década de 70 para a década de 80, começariam a surgir críticas à primeira versão do populismo. Teriam sido diversos os autores que contribuíram nesta geração, mas o autor cita uma premissa criada por Francisco Weffort na década de 60 que persistiu entre os historiadores na década de 80.

Assim:

Interrogando ao extremo a coletânea *O populismo na política brasileira* à procura das razões que teriam levado os trabalhadores a apoiarem "líderes populistas", encontramos um argumento central: o populismo impôs-se pela conjugação da repressão estatal com a manipulação política, embora a chave de seu sucesso tenha sido a satisfação de algumas demandas dos assalariados. Assim, mesmo que a segunda versão tenha rejeitado as premissas anteriores — teoria da modernização, determinações sócio-estruturais nas organizações da classe trabalhadora, a influência negativa dos camponeses no meio operário, entre outras questões —, a premissa central, sugerida por Weffort, repressão, manipulação e satisfação, continuou presente, embora não exatamente da mesma maneira. (FERREIRA, 2017, pp. 83-84)

A segunda geração teria se apropriado das ideias de Weffort, enfatizando as características de repressão e manipulação, no entanto, pondo de lado o quesito satisfação, dando surgimento ao entendimento do populismo em sua versão mais demagógica e repressiva.

Ferreira argumenta que a expressão “populismo” carece de conteúdo teórico mais consistente, sendo alvo de críticas crescentes. No entanto, deixa no ar uma possível terceira geração do populismo: o neopopulismo, no qual entrariam como ingredientes uma acentuada autonomia e personalização do Poder Executivo, além da tentativa de harmonização das diferentes classes sociais em torno de um tema comum, a nação, por exemplo.

Finalizando, o autor faz a seguinte pergunta:

Mas, afinal, quem são os populistas? Difícil saber, pois depende do lugar político em que o personagem que acusa se encontra. Para os conservadores, populismo é o passado político brasileiro, são políticas públicas que garantam os direitos sociais dos trabalhadores, são modelos de economia e de sociedade que, na Europa Ocidental, ficaram conhecidos como Estado de Bem-Estar Social; outros, talvez, diriam que populista é aquele que, diante dos pobres, diz que ser rico é chato. O populista, portanto, é o adversário, o concorrente, o desafeto. O populista é o Outro. Trata-se de uma questão eminentemente política e, muito possivelmente, político-partidária, que poderia ser enunciada da seguinte maneira: o meu candidato, o meu partido, a minha proposta política não são populistas, mas o teu candidato, o teu partido e a tua

proposta política, estes, sim, são populistas. Populista é sempre o Outro, nunca o Mesmo. (FERREIRA, 2017, p. 124)

Prosseguindo, destacamos a proposta relativa ao Populismo feita por Marilena Chauí em *Sobre o populismo no Brasil*. (CHAUÍ, 2018). Nesse texto, a autora, mais preocupada em apontar as características do conceito em nosso passado recentíssimo, inicia seu argumento indicando que a sociedade brasileira não é democrática por conta de existência de dois obstáculos principais:

(...) de um lado, a forma da sociedade instituída pela materialidade da divisão social polarizada entre os privilégios dos grandes e as carências do povo; de outro, a matriz teleológica do modo de aparição da política através da figura do Estado, portanto da figuração institucional do poder. (CHAUÍ, 2018, P. 60)

De acordo com a filósofa, o privilégio, por ser sempre algo particular, não pode se generalizar num interesse comum nem se universalizar num direito. De igual forma, as carências do povo também são sempre particulares, não conseguindo, portanto, ultrapassar a especificidade e a particularidade em direção a um interesse comum, muito menos se universalizar num direito. (CHAUÍ, 2018)

Com relação ao que a autora denomina matriz teológica do modo de instituição e aparição da política no Brasil, a autora refere-se à forma como o Estado é percebido pela sociedade. Nesse sentido, a professora indica que em nosso país, o Estado é percebido como anterior à sociedade, tendo em vista que, no período colonial, a existência legal da Colônia dependia das determinações do Estado metropolitano, que lhe era anterior e que ditava as regras da sociedade que surgia. Isso não mudou mesmo com a instauração da República, já que tanto liberais como conservadores viram na Proclamação apenas uma reforma do Estado realizada pelo próprio Estado, apesar de o novo sistema de governo exprimir a realidade de lutas sociais e econômicas e os rearranjos de poder no interior da classe dominante. Segundo a autora, um desdobramento dessa visão é a manutenção de uma imagem do Estado como o único sujeito histórico. Por conta disso, as mudanças histórico-políticas e as mudanças sociais são vistas como produto apenas de sua ação. (CHAUÍ, 2018)

Como não são as lutas sociais que instituem o Estado, este é percebido como produto do favor divino, aponta a autora. O governante não representaria os governados, mas representaria o próprio Deus. Assim:

A matriz teológica explica não só porque o Estado aparece como uma força distinta e separada da sociedade, ou seja, como um poder que sobrevoa a sociedade e que tudo pode ao intervir sobre o ser social, mas também explica a tendência popular de relacionar-se com o governante de maneira sacralizada, isto é, ou como um salvador ou como um demônio. Assim, no imaginário político brasileiro de ontem e de hoje, há a figura de um poder que se forma no Alto, se desenvolve no Alto, e dirige do Alto a sociedade em seus mínimos detalhes. (CHAUÍ, 2018, p. 61)

De acordo com a filósofa, a polarização material (econômica, jurídica e cultural) entre privilégio e carência e a matriz teológica (política) constituiriam uma formação social pronta para a instituição do populismo. A partir daí, a autora passa a enumerar o que chama de traços característicos do populismo brasileiro.

O primeiro, diz respeito a um poder que se realiza sem mediações, operando de forma ativa para afastar as instituições políticas, tanto partidos, como formas políticas de organização da sociedade civil, pretendendo, dessa forma, operar uma relação direta entre governantes e governados.

O segundo traço seria relacionado a um poder que se realiza a partir da tutela e do favor, sendo o governante não somente o que detém o poder, mas também aquele que detém o saber e a lei. Privados do conhecimento do mundo sócio-político e incapazes de se autogerirem, os governados são protegidos e amparados pelo governante.

O terceiro traço se refere à característica do poder de um governante populista ser simultaneamente transcendente e imanente. No primeiro caso, o governante se apresenta como transcendente ao social na medida em que seria o detentor do poder, do saber e da lei. No entanto o governante populista só consegue realizar sua ação caso faça parte, também, do todo social, tendo em vista que não opera com mediações institucionais, sendo por isso imanente.

Outra característica do populismo, segundo a autora, seria a indistinção entre o poder e aquele que o exerce, já que o poder se encontra plenamente ocupado pelo governante que encarna e incorpora o poder, sendo, portanto, indistinto de sua pessoa.

Finalizando, a autora indica como característica do populismo brasileiro o exercício de um poder que é uma das formas paradigmáticas de autoritarismo político. (CHAUÍ, 2018)

Outra contribuição a ser adicionada ao estudo do conceito em nosso país é a de Antonio Luigi Negro, a partir do artigo *Populismo, paternalismo e história social*. (NEGRO, 2004)

Neste trabalho, o autor salienta que no debate sobre o paternalismo, a história tem encontrado um termo crítico, diversas vezes rebatido, mas ao final resgatado e reformulado, sugerindo que o mesmo procedimento deva ser aplicado ao populismo. Segundo ele, não se trata de preservar ou descartar o termo, mas de examinar o que se deseja nomear e investigar e o que há como alternativa. (NEGRO, 2004)

Tendo o objetivo de avaliar a situação dos trabalhadores em sua relação com o poder constituído no período Vargas, o autor, citando Thompson, indica que a classe trabalhadora estava presente ao seu próprio fazer-se, num processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos seus condicionamentos. Nesse sentido, descarta a hipótese de que os trabalhadores entravam nas relações de poder construídas no período populista como entes passivos ou meros coadjuvantes, sendo, ao contrário, capazes de se relacionar com as estratégias de dominação que lhes eram destinadas de forma não passiva ou imobilizada.

Para ele, essa capacidade de ter alguma autonomia frente a essas estratégias de dominação não vinha somente das lideranças ou das relações produzidas nas fábricas e locais de trabalho, já que:



(...) O processo de formação da classe – envolvendo identidades (verticais e horizontais), um diversificado sociativismo, conflitos e relacionamentos vários – abrange outros lugares e instâncias das vidas dos trabalhadores (sem que desdenhem a institucionalidade sindical e político-partidária). (NEGRO, 2004, p. 29)

Assim, a história do trabalho teria muitos universos para pesquisar, não se restringindo somente aos locais de trabalho. No entanto, tendo em vista as relações de mandonismo e o clientelismo da política, argumenta o autor, os trabalhadores podiam se relacionar com as classes dominantes como um grupo subordinado. No entanto, aliados a facções das elites, não eram passivos nem imobilizados. Ao contrário, cultivavam sua moral e costumes, mantendo suas práticas nos seus bem defendidos locais de sociabilidade e moradia, nas ruas e praças, inclusive em suas relações com o Estado.

Outra abordagem relevante a ser apontada é a da professora Maria Helena Rolim Capelato em seu trabalho *Populismo latino-americano em discussão*, publicado como um dos capítulos do livro *O populismo e sua história, debate e crítica*. (FERREIRA, 2017)

A professora inicia o texto com uma indagação:

em que medida essas experiências que apresentam como traço comum a introdução de uma cultura política baseada na intervenção do Estado e novas formas de controle social podem ser consideradas democráticas

porque voltadas para os interesses populares ou autoritárias porque introduziram instrumentos mais eficazes de controle das classes trabalhadoras. (CAPELATO, 2017, p. 129)

A professora afirma que o debate sobre o tema é muito rico e atual, existindo alguns autores que reafirmam a validade das análises mais tradicionais, outros referem-se à emergência do termo neopopulismo e outros negam por completo a operacionalidade do conceito.

Ao longo de uma exposição detalhada das diversas abordagens do tema, a professora indica que a construção do conceito de populismo passou por inúmeras e divergentes formulações, além das discussões de sua operacionalidade ou não, sendo que, nos últimos tempos, o termo passou do campo acadêmico para o terreno político, incorporando conotação dicotômica e maniqueísta. Dessa forma,

Usado como arma de luta a favor do neoliberalismo, o ataque ao populismo contribuiu para a construção de imaginários políticos que serviam aos interesses de novos grupos de poder. O populismo tornou-se símbolo das forças responsáveis pelo atraso, contrastando com a modernização apregoada pelos defensores de uma concepção de Estado de caráter neoliberal. Nessa luta de imagens, os opositores do chamado neoliberalismo tendem a recuperar o populismo como experiência positiva, genuinamente democrática e popular. (CAPELATO, 2017, P.141)

Por conta da complexidade do problema, a autora optou por fixar-se nas experiências mexicana e argentina, mais especificamente, nas relações do cardenismo e peronismo com as classes trabalhadoras. Com uma extensa exposição de análises sobre esses dois fenômenos, que teve a intenção de mostrar os problemas complexos que envolvem a compreensão dessas políticas, a autora aponta que o movimento dinâmico e contraditório que caracteriza a relação das classes trabalhadoras necessita da análise de diversos fatores, tais como:

[...] dos antecedentes históricos de cada um dos regimes; das reivindicações anteriores feitas pelos setores populares, de seus anseios e necessidades; da identificação de correntes políticas diversas existentes entre os trabalhadores, bem como dos conflitos entre os diferentes grupos, movimentos e lideranças que os representavam; da amplitude dos conflitos sociais e políticos vividos na sociedade da época; da situação econômica do período; dos objetivos e possibilidades das reformas levadas a cabo pelos governos reformistas e os obstáculos enfrentados para sua concretização; das diferentes conjunturas internas e externas que se sucederam na vigência desses governos; da natureza da relação que conseguem estabelecer com os liderados. (CAPELATO, 2017, p. 163)

Prosseguindo, a autora argumenta que o conceito de populismo, nos termos em que foi exposto no texto, não possibilitaria a compreensão da complexa relação das classes trabalhadoras no caso dos exemplos estudados (cardenismo e peronismo). Segundo ela, as especificidades dos dois casos analisados são de tal ordem que comprometem a utilização do conceito para o entendimento dos dois fenômenos.

Além disso, a professora aponta que os novos estudos sobre os governos denominados populistas permitem indicar que a introdução de uma nova cultura política baseada no papel interventor do Estado nas relações sociais seria um traço comum que os caracterizaria. Tal característica teria representado, ao mesmo tempo, atendimento de reivindicações de natureza social (melhoria salarial, legislação trabalhista), política (reconhecimento do trabalhador como sujeito da história) e subjetiva (resposta a anseios de dignidade do trabalhador, até então desprezado por governantes e setores dominantes).

Apesar de não se poder negar a importância dessas conquistas das classes populares nesses regimes,

Tal conclusão deixa na sombra o caráter autoritário e controlador dessas políticas, que implicaram a perda de autonomia dos movimentos sociais e a impossibilidade de manifestações contrárias ao poder. (CAPELATO, 2017, p. 164)

Apesar disso, a autora adverte que os governantes que hoje prometem a destruição do populismo, não se referem ao seu legado autoritário, mas às conquistas sociais obtidas pelos trabalhadores durante aquele período.

Outra contribuição à discussão do conceito a ser destacada é a de Alessandro Batistella no artigo intitulado *Um conceito em reflexão: o “populismo” e a sua operacionalidade*. (BATISTELLA, 2011)

Nesse artigo, após apresentar uma trajetória do conceito de populismo partindo do que denomina teoria clássica passando pelas teorias construídas a partir das influências de Edward P. Thompson, o autor conclui que apesar da força que ainda possui na mídia, no discurso político partidário, nos meios acadêmicos e no próprio senso comum da população, o conceito de ‘populismo’ na sua versão clássica, está superado, não sendo capaz de explicar satisfatoriamente a história brasileira a partir da 1930 e, sobretudo, no período democrático de 1945-1964. (BATISTELLA, 2011)

Além disso, Batistella afirma que substituir o conceito de populismo por trabalhismo, também lhe parece pouco operacional, já que, de acordo com sua opinião,

ocorreria uma limitação ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o que dificultaria a explicação de fenômenos como o Adhemarismo e o Janismo. (BATISTELLA, 2012)

Ainda segundo o autor, existiriam duas possibilidades que se abrem para a operacionalização do conceito: uma seria por meio do viés thompsoniano e a outra por meio das propostas feitas por Ernesto Laclau.

Finalizando, o livro *A Razão Populista*, de Laclau (2008), foi escolhido para tratar da contribuição deste autor ao objeto de estudo deste trabalho. Neste livro, publicado originalmente na Grã-Bretanha em 2005, o autor procura evitar os preconceitos e as reduções que frequentemente são utilizadas no tratamento do conceito. Para ele, o populismo é uma lógica própria de construção política. Não sendo, portanto, um tipo de ideologia, anomalia ou o resultado de um subdesenvolvimento irracional da democracia representativa. Ainda de acordo com o autor, não se pode resumir o conceito à relação entre a liderança política e a massa populacional. Mesmo que a existência do líder e a relação afetiva por ele despertada sejam extremamente importantes para a constituição da lógica populista. (LACLAU, 2008)

Para Laclau, o populismo, na realidade, é o ápice de uma articulação política cujas raízes são muito mais profundas que a simples cristalização de uma liderança política. Tendo em vista a dificuldade de definição do que seja o populismo, o autor sugere que a pergunta fundamental: o que é o populismo? seja substituída pela seguinte indagação: a que realidade política e social o populismo se aplica? (LACLAU, 2008). De fato, o que se propõe é que se resgate o populismo de uma posição marginal em termos da ciência política, à qual foi relegado, para concebê-lo como uma dimensão lógica e, portanto, racional do fazer política. De acordo com o autor, um primeiro passo para nos distanciarmos da série de adjetivações negativas comumente relacionadas ao conceito não consistiria em:

[...] questionar as categorias utilizadas em sua descrição – “vagueza”, “imprecisão”, etc. – mas tomá-las em sentido literal, rejeitando, porém, os preconceitos que estão na base de sua desvalorização. Isto é, em vez de contrapor “vagueza” a uma lógica política madura, governada por um alto grau de determinação institucional precisa, deveríamos começar a colocar para nós mesmos um conjunto mais básico e diferente de perguntas: a “vagueza” dos discursos populistas não é consequência da própria realidade social que, em algumas situações, é vaga e indeterminada? Nesse caso, “o populismo, mais que uma tosca operação política e ideológica, não seria um ato performativo dotado de racionalidade própria, isto é, em determinadas situações a vagueza não seria condição para a construção de significados políticos relevantes? (LACLAU, 2008, p. 53)

Além disso, o autor questiona se o populismo realmente seria um momento de transição, derivado da imaturidade dos atores sociais e destinado a ser suplantado num estágio posterior, ou, caso contrário, não seria uma constante dimensão da ação política que surge necessariamente, em graus variados, em todos os discursos políticos, subvertendo e complicando a operação das ideologias compreendidas como mais maduras. (LACLAU, 2008, pp, 53,54)

O que surge de novo na formulação desenvolvida por Laclau é a produção de uma teoria que procura explicar a ocorrência de uma lógica política específica, a qual seria a formação de identidades coletivas. O populismo, para Laclau, representaria uma construção do povo contra o seu inimigo. O povo seria sempre uma construção discursiva e o ponto fundamental neste caso, é que a articulação discursiva seja capaz de articular o povo contra seu inimigo. Nesse caso, a construção de ideia de povo pode se dar na contraposição entre ricos e pobres, os nacionais contra os estrangeiros, dos trabalhadores contra os capitalistas, etc...

O populismo não seria um conteúdo, mas sim uma forma. Seria uma forma específica de construção do político; uma lógica política. Mas como essa lógica política é constituída? Imaginemos uma determinada sociedade na qual surgem determinadas necessidades, a criação de um posto de saúde, por exemplo. Se esta demanda é atendida através dos canais de reivindicação considerados normais, pronto, encerra-se o problema. No entanto, se esta demanda não é atendida, acaba surgindo uma reivindicação, o que cria um antagonismo entre o povo e o bloco no poder, que seria a pré-condição para o surgimento do populismo.

As demandas populares têm origens diversas, porém são equivalentes, tendo em vista que possuem um mesmo inimigo institucional a enfrentar. No entanto, não seria suficiente a existência de reivindicações não atendidas e o reconhecimento do antagonismo no espaço social. É necessário que o campo popular se consolide por intermédio de um processo hegemônico de representação por meio de significantes vazios que acabam unificando as demandas populares.

Para Laclau, este significante vazio cristaliza-se na figura de um líder. Tal situação - a existência de um antagonismo entre as “demandas populares” do “povo” e a opressão das instituições políticas, associada ao surgimento de um líder – seria a condição para o surgimento do populismo.

Assim, temos que o populismo seria um processo eminentemente político de construção de identidades coletivas, marcado pela centralidade da ideia de povo. O povo,

seria construído em torno de uma articulação de demandas, segundo um processo no qual uma demanda particular, de forma contingente e precária, acaba por assumir o papel de representação dessa ideia.

A consequência é inevitável: a construção de um povo é a condição *sine qua non* do funcionamento da democracia. (...) Se acrescentarmos a isso que o “povo”, conforme vimos, não está essencialmente ligado a qualquer matriz simbólica particular, então teremos abarcado o problema do populismo contemporâneo em todas as suas dimensões (LACLAU, 2013, p. 246).

Laclau pode ser considerado um pós-marxista tendo em vista que não concorda com a simplificação da luta política proposta por Marx e Engels. Diferentemente do que previam tais autores, os quais acreditavam no surgimento de uma polarização clara entre burguesia e proletariado, o que se viu acontecer foi a complexificação da sociedade burguesa, dividida em diversas frações de classe. Para ele, o proletariado não teria o papel de principal antagonista da burguesia na superação do capitalismo. O autor, apesar de estar interessado na luta anticapitalista, não considera somente o proletariado com protagonista desta luta. Assim, para ele:



Um capitalismo global cria inúmeros pontos de ruptura e antagonismo – crises ecológicas, desequilíbrio entre diferentes setores da economia, desemprego em massa etc. –, e somente uma sobredeterminação dessa pluralidade antagônica pode criar sujeitos anticapitalistas globais capazes de levar adiante uma luta digna desse nome. E, conforme demonstra toda experiência histórica, é impossível determinar *a priori* quem serão os atores hegemônicos nessa luta. Não está claro, de modo algum, que eles serão os trabalhadores. Tudo o que sabemos é que eles serão aqueles que estarão fora do sistema, os excluídos, aqueles a quem denominamos os heterogêneos, decisivos no estabelecimento de uma fronteira antagônica (LACLAU, 2013, p. 223).

Laclau não se prende à necessidade organizativa e simplificadora de um único sujeito histórico identificado como uma classe na construção de um mundo pós-capitalista. Ao invés disto, ele acredita na diversidade do campo antagônico que constitui o “povo”, apostando na política da identidade multicultural.

No livro apontado, o autor retoma algumas categorias de sua teoria do discurso, tais como discurso e hegemonia. Segundo ele, a teoria do discurso se constituiria na única possibilidade de estruturação do fenômeno político. Em outros termos, o político como fenômeno social está imerso inexoravelmente no espaço da discursividade, sem que haja a possibilidade do extradiscursivo. Além disso, o autor salienta que,

[...] por discurso ... não tenho em mente algo que é essencialmente relativo às áreas da fala e da escrita, mas quaisquer conjuntos de elementos nos quais as relações desempenham o papel constitutivo. (LACLAU, 2008 p.116).

Os conceitos de hegemonia e significantes vazios surgem no livro de forma articulada e interdependente. Significantes vazios seriam uma cadeia de discursos articulados entre si que, embora sejam distintos uns dos outros, unem-se, em um determinado momento, formando uma totalidade (unidade) hegemônica, estabelecendo, assim, a diferenciação entre algo que é interno e outro, externo a esta totalidade.

Desta forma, surge outro conceito fundamental para o entendimento do que venha a ser o populismo: a relação equivalencial. Isto quer dizer que, ao existirem dois discursos em relação a uma determinada demanda, um a favor, outro contra, eles serão equivalentes entre si na cadeia discursiva que vai construir sua totalidade.

Hegemonia, seria então, a operação de assumir, por meio de uma particularidade, um significado universal incomensurável (LACLAU, 2008). Temos que toda identidade hegemônica se torna um significante vazio. Laclau retoma o conceito de hegemonia para indicar a busca pela universalidade do discurso enquanto horizonte, neste aspecto os significantes vazios terão uma função essencial de dar amplitude ao discurso de modo que o maior número de destinatários se sintam abrangido pelo conteúdo do discurso

Assim, a ausência de um conteúdo fixo do discurso populista, o qual muitas vezes é indicado como sua fragilidade, é apontado pelo autor como um elemento fundamental à abrangência dos destinatários que se sentem alcançados pelo seu conteúdo, muitas vezes marcado pela ausência de rigor conceitual e até mesmo falta de significado anteriormente definido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os diversos entendimentos que foram sendo dados ao conceito de populismo, obviamente, refletem o contexto histórico-sociológico dos períodos em que são produzidos. Assim, entre os autores clássicos, a percepção de que o populismo seria o reflexo de uma sociedade em que as massas, por não terem desenvolvido uma consciência de classe, são manipuladas e incapazes de agir organizadamente no que tange às questões políticas, se prende a uma tradição que entendia o desenvolvimento das sociedades como tendo um sentido único, apesar de, em alguns autores, surgir uma preocupação com as possíveis diversidades que, invariavelmente, surgem. Nesse sentido, a comparação com o ocorrido na Europa, por exemplo, foi algo que se deu de forma bem clara. Esperava-se que

as massas, ao alcançarem um estágio mais avançado, pudessem se configurar como agentes transformadores de toda a realidade.

A influência dos contingentes rurais “invadindo” o espaço urbano e se inserindo num mundo que se industrializava, com toda a sua dificuldade em lidar, no novo ambiente, com as nuances de uma participação política mais ampliada, em contraposição ao que sucedia no mundo rural, repercute em diversos estudos. O entendimento de que a passagem de um mundo tradicional, no qual as relações sociais se dão de forma mais conservadora, para a realidade mais dinâmica das cidades, onde as relações patriarcais não mais condicionam a vida das pessoas, acaba por funcionar como um fator explicativo para as dificuldades de se produzir um proletariado consciente de sua exploração dentro da sociedade.

Surgem, então, as teorias que apostam na carência, no desvio de nossa população em relação ao esperado, aquilo que era necessário para dar prosseguimento ao que já possuía um fim bem claro: a Revolução proletária.

As transformações ocorridas junto aos grupos que detinham o poder no país – a perda de prestígio político-econômico por parte do grupo cafeicultor – foram percebidas como causadoras de uma crise de hegemonia. A conjugação desse fator com a imaturidade política das massas, aliado ao surgimento de um líder carismático seriam a pré-condição para a estruturação de uma forma de governo que se pautava pela manipulação e domesticação dos anseios das massas urbanas e a não contestação do sistema econômico-social vigente.

Num segundo momento, apesar de apontar que tal sistema propiciava uma participação política, mesmo que restringida, por parte das massas urbanas, além da satisfação de diversas demandas que surgiam na nova realidade que se impunha, os populares são percebidos por muitos autores como tendo uma atuação determinada por estímulos externos, não tendo autonomia, por conta de não serem capazes de se organizar e tomar o controle do seu próprio destino.

Como contraponto a esta visão, surge a proposta que pretende estudar a história da formação da classe operária brasileira, na qual se atribui a ela um papel de sujeito, realizando suas escolhas a partir das possibilidades presentes em seu horizonte. Assim, os trabalhadores não mais são percebidos como meros seres manipuláveis e subordinados, trocando benefícios por apoio político a líderes demagogos. O pacto trabalhista indica a participação das massas como sujeito, procurando entender que estas manejavam e reinterpretavam os benefícios que recebiam, mas não descarta a ocorrência de existência do

Estado como seu desencadeador, elevando as massas um degrau numa escala do que se esperava de seu comportamento.

Assim, mesmo quando se procura nuançar a subordinação das massas no jogo político que se estabelece com o populismo, este ainda é visto como algo negativo, tendo em vista que sempre traz em si uma situação de autoritarismo, na medida em que os trabalhadores são sempre um ator a reboque numa relação que sempre se reconstrói.

Proposta distinta destas anteriores e feita por Ernesto Laclau, que procura entender o populismo como uma lógica de construção política, importando, portando, perguntar-se qual seria a realidade concreta que produziria as condições para sua existência. Percebe-se que o autor compreende o surgimento desta lógica não como resultado de determinadas carências ou desvios em relação a um expectativa previamente identificada.

Diferentemente dos autores que se prendem a um Marxismo que pode ser considerado clássico, o autor se caracteriza por fazer parte de uma corrente que, apesar de ainda questionar o capitalismo, não mais compreende o proletariado como o propulsor de toda a transformação esperada na sociedade. Por conta disso, aposta na existência de oposições produtoras de um discurso unificador daqueles que se encontram numa situação na qual carências não atendidas acabam se transformando em exigências. O populismo seria, assim, um processo de construção de identidades coletivas em torno de demandas não atendidas, fato que torna o conceito aplicável às mais diversas realidades.

A contribuição deste autor me parece ser a mais produtiva em relação ao entendimento do populismo como conceito, tendo em vista seu caráter não restritivo. Assim, o que é visto por muitos como um de seus problemas, pode ser, na realidade, sua grande contribuição. Acredito que o conceito nessa roupagem mais preocupada em entender os motivos por que se dá o surgimento de uma lógica política como o populismo pode ser aplicado inclusive a nossa História recente.

Uma sugestão para futura pesquisa seria verificar a aplicabilidade das teorias do pensador argentino a nossa realidade contemporânea, procurando observar a influência que a utilização das mídias sociais, como ferramenta política, vem tendo em nossas eleições recentes, no Brasil e no mundo. Este seria um elemento novo a adicionar numa análise tão rica.

REFERÊNCIAS

- BATISTELLA, A. Um conceito em reflexão: o “populismo” e a sua operacionalidade. **Revista Latino-Americana de História** Vol. 1, nº. 3 – março de 2012. Retirado de <http://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/97> . Acesso: 15/05/2021
- BORGES, Vera Lúcia Bogéa & BRITO, Leonardo Leônidas. **História do Brasil III**. v. 1, Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011.
- CHAUÍ, M. Sobre o populismo no Brasil. **Cadernos De Ética E Filosofia Política**, 1(32), 54-74. Retirado de <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/149428> acessado em 15/05/2021.
- CAPELATO, M. H. R. 2001. Populismo latino-americano em discussão. *In*: FERREIRA, J. (org.). **O populismo e sua história – debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, 4ª edição
- CERVI, Emerson Urizzi. As sete vidas do populismo. **Rev. Sociol. Polit., Curitiba**, n. 17, p. 151-156, nov. 2001 Retirado de <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3602/2859>. Acesso 15/05/2021
- CERVI, Emerso Urizzi & CARVALHO, Fernanda Cavassana de. **Mais Populismo, Menos Representatividade: monitoramento e lógica populista da comunicação política em redes sociais online**. *Rev. Estudos Políticos*, vol 9, nº 1, 2019. Retirado de https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/39852. Acesso em 3/05/2021
- FERREIRA, Jorge (Org). **O Populismo e sua história: debate e crítica**.4ª ed., Rio de Janeiro, editora Civilização Brasileira, 2017.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. A crise do poder no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1961, Apud FERREIRA, Jorge (Org). **O Populismo e sua história: debate e crítica**.4ª ed., Rio de Janeiro, editora Civilização Brasileira, 2017.
- IANNI, Otávio. **O colapso do populismo no Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 1994.
- LOPES, Juarez Brandão. Sociedade industrial no Brasil. São Paulo, Difel, 1964, Apud FERREIRA, Jorge (Org). **O Populismo e sua história: debate e crítica**.4ª ed., Rio de Janeiro, editora Civilização Brasileira, 2017.
- KOSELLECK, Reinhart. **Uma história dos Conceitos: Problemas teóricos e práticos**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992.
- LINHARES, Maria Yedda (Org). **História Geral do Brasil**. 6ª ed. Rio de Janeiro, ed. Campus, 1990.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento Capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In LINHARES, Maria Yedda (Org). **História Geral do Brasil**. 6ª ed. Rio de Janeiro, ed. Campus, 1990.
- LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura, São Paulo, ed.Três Estrelas, 2008.
- LOEWENSTEIN, Karl. Brazil under Vargas. Nova York, Macmillan Company, 1944, apud FERREIRA, Jorge (Org). **O Populismo e sua história: debate e crítica**.4ª ed., Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2017.

NEGRO, Antonio Luigi. Paternalismo, populismo e história social. **Caderno AEL**. Campinas: Unicamp, v. 11, n. 20/21, 2004, p. 11-38. Retirado de <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2532/1942> .Acesso em 15/05/2021.

WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

RECEBIDO EM: 18/12/2020
PARECER DADO EM: 08/03/2021



www.revistafenix.pro.br